

15 SET 1994 **Franklin Martins**

■ DE BRASÍLIA



## Elas estão chegando

Uma das primeiras audiências concedidas por Ulysses Guimarães, depois de eleito presidente da Constituinte em 1987, foi a um grupo de mulheres parlamentares. Elas queriam a construção de um banheiro feminino nos fundos do plenário, como o que já existia para os homens. Ulysses prontamente encampou o pedido.

A reivindicação era um sinal de que as portas do Congresso, uma casa tradicionalmente masculina, começavam a ser abertas pela força emergente da participação política feminina. Antes, as mulheres com mandato contavam-se nos dedos. Já em 1986 foram eleitas 23 deputadas, que foram somar-se na Constituinte à senadora Eunice Michilis. Nas eleições seguintes, esse número aumentou mais ainda, para 28 deputadas e duas senadoras.

Tudo indica que este ano os eleitores enviarão mais mulheres ainda para a Câmara e o Senado. Benedita da Silva (PT-RJ), Márcia Kubitschek (PP-DF) e Luiza Erundina (PT-SP) têm boas chances de conquistar uma cadeira no Senado. Na Câmara, a maioria das atuais deputadas deve ser reeleita. Além disso, muitas candidatas a um primeiro mandato têm boas possibilidades de sucesso.

O Rio Grande do Sul, por exemplo, não tem hoje nenhuma deputada federal. Pode contar, a partir do ano que vem, com três: a ex-ministra do Planejamento Yeda Crusius, do PSDB, e as petistas Maria Luiza Jaeger e Ester Grossi. Ester, ex-secretária municipal de Educação em Porto Alegre, vai causar furor na Câmara. Periodicamente troca a cor de seus cabelos, dizem que para combinar com os sapatos. A vaidade não lhe tira a competência e o preparo. É doutora em psicologia da inteligência pela Universidade de Paris.

O Acre pode eleger uma bancada predominantemente feminina. Nada menos de cinco das oito vagas podem ser preenchidas por mulheres: Iolanda Fleming, Adelaide Néri, Zila Bezerra, Célia Mendes e Regina Lino. Iolanda, aliás, foi a primeira brasileira a exercer o governo de um estado, quando o titular descompatibilizou-se para concorrer a um cargo eletivo.

São Paulo, provavelmen-

te elegerá a sexóloga Martha Suplicy, pelo PT; a ex-secretária do Menor Alda Marcoantonio, pelo PMDB, e a atual vereadora paulistana Zulaiê Cobra e a suplente de Fernando Henrique Cardoso no Senado, a feminista Eva Blay, pelo PSDB. A economista Maria da Conceição Tavares tem chance de ser a deputada federal mais votada do PT do Rio. Em Brasília, será o contraponto dos deputados-economistas ortodoxos. Se discursar da tribuna ou do microfone de apartes com a mesma empolgação com que fala em suas palestras e entrevistas, será também o terror da Mesa da Câmara. Precisarão votar um regimento interno só para ela. Da Bahia, deverá vir a vice-prefeita de Salvador, Beth Wagner, do PPS.

Mas não pára por aí a marcha das mulheres rumo ao poder. Cinco delas são favoritas ou disputam com boas chances os governos de seus estados: Ângela Amin (PPR-SC), Lúcia Braga (PDT-PB), Lúcia Vânia (PP-GO), Roseana Sarney (PFL-MA) e Maria de Lourdes Abadia (PSDB-DF). Algumas, se não todas, quebrarão o tabu de que mulher não se elege governadora neste país.

É verdade que, à exceção de Abadia, elas carregam sobrenomes famosos. Ângela é mulher de Esperidião Amin, que já governou Santa Catarina. Lúcia Braga é casada com Wilson Braga, ex-governador da Paraíba. A outra Lúcia, Vânia, é esposa de Irapuan da Costa Júnior, ex-governador de Goiás. Roseana é filha do ex-presidente José Sarney. Os nomes ajudam, mas elas possuem méritos próprios. Quem já viu Lúcia Vânia no palanque sabe que é mitingueira de primeira. Sarney tem outro filho na política. Por que a candidata é Roseana e não Zequinha?

E nem sempre ter o mesmo sobrenome e estar filiado ao mesmo partido indica concordância política. Que o diga o prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, do PT. Sua filha Luciana, de 23 anos, militante do partido desde os 14, disputa uma cadeira na Assembléia Legislativa. Na luta interna do PT, Luciana, ex-militante da Convergência Socialista, está de um lado, e o papai de outro.